

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA MÍDIA: ANÁLISE RETÓRICA DE FALAS DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Ana Lúcia Santos Souza

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
ubatense@yahoo.com.br

Daisi Teresinha Chapani

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
dt.chapani@gmail.com

Resumo: O contexto atual brasileiro tem sido marcado por tensões e instabilidades na política, o que se reflete no campo educacional e na formação de professores. Este trabalho tem por objetivo empreender uma análise das falas do ministro da educação, a fim de buscar elucidaciones sobre os direcionamentos políticos que o atual governo pretende empreender a respeito da formação docente e compreender os recursos retóricos que tem sido utilizados pelo ministro ao tratar do tema. A metodologia norteadora foi a análise retórica, que consiste em um método de análise dos atos de persuasão. Elegemos dois elementos para a análise: a situação retórica e a invenção. Os dados foram coletados na *web* em *sites* oficiais, *blogs*, jornais e revistas. Como resultado observamos a predominância do gênero demonstrativo, indicando a ênfase do retor na aclamação das medidas já tomadas. As políticas de formação docente são apresentadas de maneira difusa e genérica, sem apontar caminhos plausíveis ou ações focalizadas. A partir da análise levantamos algumas reflexões sobre as políticas públicas de formação docente no governo atual.

Palavras-chave: Políticas de formação. Persuasão. Regulação.

Introdução

O Brasil passa por um momento de instabilidades, inseguranças e incertezas que afeta todos os aspectos da vida cotidiana. Nesse contexto, a educação é fortemente atingida pelos cortes de verbas, reformas definidas da noite para o dia e regressão em tópicos prementes da luta por equidade social. As políticas de formação docente, foco de nosso interesse acadêmico e profissional, encontram-se nesse ambiente conturbado, sendo marcadas por discontinuidades e retrocessos.

A produção das normativas e ações que compõem as políticas públicas não se constitui como um processo simples e linear, pois, para sua legitimação é necessário o envolvimento de indivíduos e instituições que representam grandes e distintos interesses, de modo que a construção das políticas educacionais apresentam um caráter complexo e dinâmico (APPLE, 1996; BALL; MAINARDES, 2011).

Segundo Ball e Mainardes (2011), devido à sua natureza discursiva, as políticas públicas vão sendo recontextualizadas, conforme se disseminam pelos diferentes contextos em que incidem durante a concretização do ciclo político. Ball (apud BALL; MAINARDES, 2011), considera que esse ciclo seria constituído por três principais contextos inter-relacionados: i) o de influência, onde os discursos são construídos; ii) o de produção de texto, onde ocorre os textos que direcionam as políticas; iii) o da prática, onde as políticas são reinterpretadas e recriadas. Esses contextos não se constituem como etapas sequenciais e lineares, mas como arenas onde agem grupos de interesses divergentes, os quais operam disputas e embates.

Portanto, os textos normativos são apenas parte do discurso mais amplo das políticas públicas e se constituem como sínteses momentâneas, sujeitas a interpretações. Além disso, esses textos são sustentados por discursos que promovem certas ideias que necessitam ser aceitas para que haja êxito na concretização das políticas. Diversos atores participam desse processo, mas certamente nem todos têm o mesmo poder de convencimento. Um dos atores mais poderosos na construção das políticas públicas é o governo, que tem a seu dispor diversos instrumentos, tanto de caráter prático (recursos, instituições, agentes operativos) quanto ideológico (autoridade, legitimidade).

Assim, partimos do pressuposto que analisando as falas do principal representante do governo para assuntos educativos, o ministro da educação, será possível inferir algumas possibilidades de encaminhamento das atuais políticas de formação docente, bem como, verificar quais são os elementos persuasivos que estão sendo utilizados para a sustentação desses possíveis direcionamentos. Dessa maneira, o objetivo desse trabalho é analisar as falas do atual ministro, sr. Mendonça Filho, a respeito da formação de professores, publicadas em textos escritos, disponíveis na *internet*.

2- DESENVOLVIMENTO

2.1- Políticas Públicas

A despeito das dificuldades que se apresentam para o estabelecimento de uma definição precisa de políticas públicas (CHAPANI, 2015), para as finalidades desse trabalho buscamos embasamento na proposta de Rodrigues (2010, p. 52-53), que as considera como ações de governo

e que, portanto, são revestidas da autoridade soberana do poder público, de modo que elas “dispõem sobre ‘o que fazer’ (ações), ‘aonde chegar’ (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e ‘como fazer’ (estratégias de ação)”.

Portanto, as políticas públicas são revestidas de legitimidade e autoridade política, embora sejam também carregadas de intencionalidades, as quais, muitas vezes estão ocultas pelo véu da imparcialidade e impessoalidade do Estado. O Brasil, país em desenvolvimento, marcado historicamente pelo domínio de grupos de interesses distintos à emancipação das massas, está exposto aos ditames de organismos internacionais, amplificando-se assim os mecanismos de regulação das políticas.

Nesse sentido, a regulação deve ser entendida não apenas como a definição de regras (normas, injunções, constrangimentos etc.) que orientam o funcionamento do sistema, mas também o seu (re)ajustamento provocado pela diversidade de estratégias e ações dos vários actores, em função dessas mesmas regras. De acordo com esta abordagem, num sistema social complexo (como é o sistema educativo) existe uma pluralidade de fontes, de finalidades e modalidades de regulação, em função da diversidade dos actores envolvidos, das suas posições, dos seus interesses e estratégias (BARROSO, 2005, p. 731).

Para enfrentamento dessas questões, têm sido elaborados alguns instrumentos teóricos e práticos com a finalidade de promover análises mais acuradas sobre a participação social na formulação e implementação das políticas públicas e de fundamentar propostas de ações que colaborem no aumento da participação efetiva dos cidadãos nesse campo.

Nesse sentido, em trabalhos anteriores (CHAPANI, 2010; 2015) já vínhamos utilizando uma concepção de esfera pública, baseada em Habermas (1984, 2012a, 2012b), para discutir políticas educacionais. Entendemos que uma esfera pública politizada pode ser considerada como uma estrutura comunicacional, em que pessoas (em virtual condição de liberdade e igualdade) debatem temas de interesse, produzindo uma opinião pública capaz de orientar suas ações bem como de informar e criticar os direcionamentos estatais. No entanto, no capitalismo avançado, a esfera pública encontra-se atrofiada, pois seu caráter político vem sendo substituído por uma função

aclamatória, ou seja, “desvirtuada de sua função original, assume-se como mero instrumento de propaganda do poder instituído” (SILVA, 2002, p. 38)

Nesse contexto, os meios de comunicação de massa apresentam um papel ambivalente, pois podem “favorecer consideravelmente a eficácia dos controles sociais”, porém, “a exploração de potencial autoritário é sempre precária, porque nas estruturas de comunicação, está inserido o contrapeso de um potencial emancipatório” (HABERMAS, 2012b, p. 702). Ambas as possibilidades, de regulação e de emancipação, dos meios de comunicação exacerbaram-se com o advento da *internet*, uma vez que a disseminação do uso de diversos de seus instrumentos significou:

um potencial de interação inédito se comparado com os veículos de comunicação tradicionais. A rede pode proporcionar um meio através do qual o público e os políticos podem se comunicar, trocar informações, consultar e debater, de maneira direta, rápida e sem obstáculos burocráticos (MAIA, 2088, p. 277).

2.2- Análise Retórica

A retórica foi definida por Aristóteles como “a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar persuasão (...)” (ARISTÓTELES, s.d, p. 33). Este filósofo foi responsável pelo estabelecimento das leis da retórica as quais fundamentam seus estudos até hoje, embora desde então tenha desenvolvido refinamento metodológico e diversidade (LEACH, 2003).

O florescimento da retórica ocorreu no mundo grego do século V a.C, época em que os diversos pontos de vista concernentes à política eram debatidos em praça pública, por aqueles que eram considerados cidadãos. A partir de 404 a.C., quando Atenas foi subjugada por Esparta, o vigor da retórica arrefeceu, embora nunca tenha perdido completamente sua importância (ABREU, 2001). Desde os romanos, passando por todo período medieval e boa parte da idade moderna, constituiu-se em disciplina central nos centros europeus, ensinada juntamente com a gramática, a dialética, a aritmética e a geometria, continuando importante para algumas disciplinas humanística e na teologia até os dias atuais (LEACH, 2003).

A retórica pode referir-se: i) ao ato de persuadir; ii) à análise dos atos de persuasão; iii) uma cosmovisão sobre o poder persuasivo do discurso. A análise retórica, portanto, diz respeito ao segundo tópico, podendo ser considerada uma modalidade de análise de discurso (LEACH, 2003). Ela pode auxiliar na melhoria da comunicação, tanto ajudando a produzir discursos mais eficientes,

quanto ampliando o nível de criticidade aos discursos proferidos e aumentando a resistência à retórica vazia e manipulativa. Assim, a análise retórica tem sido utilizada para aumentar o nível de compreensão sobre as mais diversas formas comunicativas, desta maneira, textos econômicos, políticos, religiosos e até mesmo científicos (AMARAL; OLIVEIRA, 2011; HALLIDAY, 1998; NASCIMENTO; MARTINS, 2006) têm sido objetos desse tipo de análise.

2.3- Metodologia

O material para análise foi buscado no *Google*, no período entre 08 e 22 de julho de 2017, utilizando-se dos seguintes descritores: “formação docente”/ “formação de professores” + “ministro da educação” + “Mendonça Filho”, atendo-se aos documentos encontrados até a página 5, cobrindo-se, portanto, as 50 primeiras chamadas. Supondo-se que os as páginas sejam ordenadas por relevância de busca¹, entendemos que essas seriam as mais visualizadas por aqueles que se interessam pelo assunto e que buscam informações a respeito na *internet*.

Iniciou-se, em seguida, o processo de seleção, incluindo-se apenas os materiais que faziam referências diretas às falas do ministro a respeito da formação de professores. Nessa fase, a pesquisa focou apenas nos textos escritos, sendo desconsiderados arquivos de áudios e de vídeos, que serão analisados em outra oportunidade. Ao final desse processo foram selecionados 10 textos para análise, conforme consta no Quadro 1.

Código	Manchete	Meio de publicação	Data da publicação
1.	Alfabetização, formação do professor e ensino médio são prioridades do MEC, afirma ministro.	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	18/11/2016

¹A definição de relevância para o *Google* pode ser encontrada em: <https://support.google.com/webmasters/answer/70897?hl=pt-BR>. Utilizamos esse critério, pois o consideramos pertinente para nos indicar os materiais mais facilmente acessíveis na *internet* sobre o assunto em questão, embora estejamos cientes dos questionamentos acadêmicos (FRAGOSO, 2007) ou jornalísticos (BBC, 2011) a respeito da confiabilidade desse sistema na definição dos *sites* que são mostrados na página de busca e a sua ordem de aparição.

2.	O Brasil precisa de uma boa formação de professores, diz Mendonça Filho.	BLOG DE JAMILDO	20/11/2016
3.	Mendonça Filho: “Pisa mostra o fracasso retumbante da nossa educação”.	EPOCA.	06/12/2016
4.	Presidente Temer anuncia medidas em inclusão digital, formação docente e educação infantil.	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.	07/03/2017
5.	Ministério garante apoio a professores na implantação da Base Comum Curricular.	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.	06/04/2017
6.	Ministro da Educação fala sobre avanços em políticas setoriais	JORNAL DO BRASIL	04/05/2017
7.	Professor parintinense é homenageado pelo MEC em lançamento de prêmio nacional.	A CRÍTICA.	08/05/2017
8.	Parceria com terceiro setor incentiva inovação na educação.	PORTAL BRASIL.	31/05/2017
9.	Ministro Mendonça Filho quer 'liberdade' para Estados definirem a reforma que farão.	ESTADÃO.	04/07/2017
10.	Ministro Mendonça Filho libera R\$ 15,6 milhões para bolsas, auxílios e fomento a ações	BLOG JARDIM DO AGRESTE	14/07/2017

	de graduação e pesquisa em Pernambuco.		
--	--	--	--

Quadro 1 – Relação dos textos selecionados para a análise, de acordo com o meio de divulgação e data de publicação. Fonte: dados da pesquisa

O material selecionado foi encontrado em diferentes veículos: jornais, revistas, *blogs* e páginas oficiais. As publicações ocorreram entre novembro de 2016 e julho de 2017.

Para a análise, foram tomados apenas os trechos que indicassem ser referência direta da fala do ministro. Porém, há necessidade de se levar em conta os recortes e a (re)contextualização dessas falas, de modo que não consideramos os trechos analisados como expressões literais das ideias desse sujeito, mas como textos de outros autores, produzidos a partir de suas perspectivas a respeito das expressões do retor. Assim, em virtude dos diferentes textos que se constituem e se entrelaçam na apresentação da fala do ministro, caberia certamente uma análise dos posicionamentos políticos de seus autores e dos meios de comunicação onde foram propagados. Esse estudo inicial, no entanto, não comporta tão extensos níveis de análises, o que também encontra delimitação na restrição de espaço desse artigo.

Para Leach (2003), uma análise retórica completa, com o uso de todos os cânones e categorias relacionadas, poderia vir a ser inexequível e desinteressante. Assim, acabe ao analista escolher os elementos que considera relevantes para seu estudo, sendo que nesse trabalho nos ateremos à situação retórica e à invenção, por se constituírem como os elementos básicos de uma análise retórica.

a) A situação retórica: na qual foram analisados os contextos de produção dos artigos, especialmente com referência à exigência, ao público e ao tipo de discurso persuasivo (LEACH, 2003). A exigência diz respeito a um elemento factual e um componente de interesse por parte de quem produz o discurso. Na análise é fundamental identificar a exigência da retórica necessária no momento (HALLIDAY, 1998; LEACH, 2003). O público ou audiência refere-se àqueles para quem o discurso é produzido, ou seja, a quem se pretende influenciar para atuar na modificação da exigência (HALLIDAY, 1998).

Quanto ao tipo de discurso persuasivo, Aristóteles (s.d., p. 39-40) distingue três gêneros de retórica: o deliberativo, o demonstrativo e o judiciário. Numa deliberação, aconselha-se ou desaconselha-se, sendo que o público comporta-se como membro de uma assembleia que deve então, decidir sobre que atitude tomar, nesse caso, o tempo usado é o futuro. O fim do gênero deliberativo é o útil ou o prejudicial, pois quando se dá um conselho este é apresentado como vantajoso e quando se pretende descartá-lo é dado como funesto. No gênero demonstrativo, faz-se um elogio ou uma censura, o público, portanto, comporta-se como espectador da avaliação exposta, o tempo normalmente é o presente. O gênero judiciário comporta acusação ou defesa, o público atua como juiz, nesse caso, o tempo usado geralmente é o passado, uma vez que a acusação ou a defesa incidem sobre fatos que já ocorreram.

b) A invenção está relacionada com a origem (ou apelo) dos argumentos. A invenção pode se dar a partir do *ethos*, *pathos* ou *logos*.

Ethos: a argumentação persuasiva se fundamenta na credibilidade do autor.

(...) obtém-se a persuasão por efeito do caráter moral quando o discurso deixa a impressão de o orador ser digno de confiança (...) De um modo geral, nas questões que não se não há possibilidade de se ter certeza e que se prestam à dúvida, essa confiança reveste-se de particular importância. (...) Muito errônea é a afirmação de certos autores de artes oratórias, segundo a qual a probidade do orador em nada contribuiria para a persuasão do discurso. Muito pelo contrário, o caráter moral desta se constitui, por assim dizer, a prova determinante por excelência (ARISTÓTELES, s.d., p. 33).

Pathos: a argumentação persuasiva é o apelo à emoção. Para Aristóteles (s.d, p. 33), “(...) obtém-se a persuasão dos ouvintes quando o discurso nos leva a sentir uma paixão, porque o juízo que proferimos varia, consoante experimentamos aplicação ou alegria, amizade ou ódio”.

Logos: a argumentação persuasiva é de natureza lógica. “(...) É pelo discurso que persuadimos, sempre que demonstramos a verdade ou o que parece ser verdade” (ARISTÓTELES, s.d., p. 33).

2.4- RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.4.1 - A situação Retórica

O retor, no caso, o ministro da educação Mendonça Filho, foi nomeado para cargo em maio de 2016, na mudança ministerial em virtude de Michel Temer ter assumido a Presidência da República. Segundo informações no *site* do ministério da educação (MEC), José Mendonça Bezerra Filho nasceu em Recife-PE, em 1966, é casado e pai de três filhos. É formado em administração de empresas e durante sua carreira, assumiu diferentes cargos políticos e administrativos nos governos de Pernambuco e federal (BRASIL, 2016). Não encontramos indicações de que Mendonça Filho tenha desenvolvido atividades anteriores diretamente relacionadas ao ensino.

A transitoriedade e a frágil legitimidade (ou a total falta dela, conforme considera uma boa parte da sociedade) do governo Temer, atinge não apenas a figura do presidente da república, mas também todos os demais componentes do governo. Assim, a exigência mais ampla que se coloca para as falas do ministro, é necessidade de mostrar ação de maneira rápida e eficaz. Foi nesse contexto que a reforma do ensino médio foi apresentada ao Congresso Nacional como uma Medida Provisória (MP 746/2016), promovida, portanto, pelo poder executivo e aprovada pelo legislativo no prazo de 144 dias, sem que a sociedade pudesse discuti-la de modo adequado. Apesar das reações de algumas entidades e da manifestação de estudantes e professores, a MP foi referenciada pelo congresso em fevereiro de 2017.

Assim, apesar de nossa procura se dar pelos termos “formação docente/de professores”, esse tema aparece geralmente vinculado à reforma do ensino médio e mudança curricular por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme se nota nos materiais 1, 2, 3 e 5. Isso está bem claro no material 5, na qual a situação retórica específica refere-se à entrega da BNCC ao Conselho Federal de Educação, que em matéria veiculada na página do MEC, aparece o seguinte trecho, no qual as aspas contêm a fala do ministro:

O MEC assegurará todo o apoio técnico, do ponto de vista de suporte, para que os estados e municípios possam avançar na definição dos currículos, que obedecerão justamente às normas e diretrizes gerais consagradas na BNCC, disse. O apoio à formação de professores também está garantido (MEC, 2017b).

Quanto à audiência, embora o esperado fosse que o ministro falasse antes de tudo ao cidadão, o público ao qual o retor se dirige é, na verdade, o eleitor. Ao contrário do cidadão, de quem se

pressupõem participação ativa na construção das decisões e ações políticas, aparentemente supõem-se que o eleitor deve ser agradado. Nesse contexto, é coerente que o discurso não seja formulado a partir do gênero deliberativo, no qual a audiência seria chamada a tomar uma posição, pois essa, na verdade, já foi tomada: o governo já sabe o que é o melhor para a população e já está agindo nesse sentido. Desse modo, os gêneros utilizados são o demonstrativo, aclamando as medidas que vem sendo tomadas pelo governo atual, e o judiciário, quando se trata de condenar o governo anterior: o que é visível no material 3, especialmente no seguinte trecho da entrevista:

ÉPOCA – Já se sabe no Brasil e no mundo que o ponto central para aumentar a qualidade do aprendizado é aumentar a qualidade da formação inicial e continuada dos professores. Por que, então, preparar esses professores não vira uma operação de guerra, já que educação é uma prioridade?

MENDONÇA FILHO – Essa é uma das prioridades do nosso governo. Leve-se em consideração que temos uma alocação de recursos para treinamento de professores da ordem de R\$ 1,8 bilhão por ano.

(...)

ÉPOCA – O Pibid sofreu um grande corte.

Mendonça Filho – Nós herdamos o Pibid com um corte. A gente desfez a portaria da gestão anterior que praticamente eliminava o Pibid. Vamos restaurar o programa em 2017 (ÉPOCA, 2016).

Em resposta, portanto, ao seu interlocutor mais próximo (o entrevistador) e também à sua audiência mais ampla (o eleitorado), o retor procura demonstrar preocupação com a qualidade da educação, colocando sobre a formação docente, concebida como treinamento, a resposta para as melhorias.

2.4.2 – A invenção

Nesse tópico, analisaremos os recursos retóricos (*ethos*, *phatos* e *logos*) utilizados pelo ministro para convencimento da plateia a respeito dos direcionamentos políticos sobre formação docente.

Notamos que o único elemento do *ethos* utilizado nas falas é o cargo no qual o retor está investido, ou seja, sua autoridade para tratar da formação de professores está restrita ao fato de ocupar a chefia do ministério da educação. Como já colocado no tópico anterior, o ministro não

pode apelar ao seu conhecimento acadêmico ou profissional sobre o assunto. Estranhamente, no entanto, ele não recorre a outras autoridades para aumentar o poder de persuasão de seus atos de fala. Aparentemente ele considera que, para o público a quem ele se dirige, sua autoridade de ministro é suficiente.

Nas transcrições literais das falas do ministro há pouco apelo aos sentimentos. No caso do material 3 é bastante evidente o sentimento negativo colocado pelo seu interlocutor mais próximo, o entrevistador, que evidencia o medo do país não conseguir alcançar o índice de desenvolvimento econômico almejado em virtude da precária formação docente. Nesse contexto, o retor busca tranquilizar sua audiência mais ampla, como podemos perceber no trecho da entrevista abaixo:

ÉPOCA – Os resultados do Pisa 2015 soaram um alarme de incêndio para o Ministério? Eles mobilizarão medidas mais contundentes?

MENDONÇA FILHO – Sim, sem dúvida. Já mobilizamos. Como eu disse, atacaremos a formação de professores e colocaremos um foco prioritário na educação básica (ÉPOCA, 2016).

Nas transcrições literais do ministro, o apelo ao *pathos* dá-se principalmente por meio de elogios aos professores, com os quais busca ganhar a simpatia da classe, mesmo sem apresentar propostas concretas de melhorias das condições de trabalho e de formação. No material 7, em que a situação retórica mais imediata diz respeito à premiação de um professor, o ministro diz que se trata de “um reconhecimento público por meio do Ministério de Educação e das secretarias para estimular professores a abraçarem a carreira e mudar vidas de jovens e das crianças do Brasil” (REVISTA A CRÍTICA).

Embora outros aspectos da carreira docente, como a remuneração, por exemplo sejam citados em alguns textos, não há qualquer indicação de como isso se daria. Como exemplo no material 1, em que a situação retórica diz respeito à participação em um seminário, realizado pela Fundação Getúlio Vargas, encontramos a seguinte fala: “o professor exerce uma função fundamental no sucesso do setor educacional; por isso, precisamos qualificar, remunerar e, ao mesmo tempo, valorizar os professores nas redes municipais e estaduais” (MEC, 2016).

O argumento lógico mais utilizado pelo ministro ao tratar a questão da formação docente é a destinação de recursos financeiros, supondo-se, que para a audiência, esteja dado como certo que o provimento financeiro basta no direcionamento das políticas, esse expediente é facilmente

observado nos materiais 3, 7 e 10. No material 3, por exemplo, no trecho já transcrito, que em resposta à colocação do entrevistador de que a suposta condição lastimosa da educação brasileira seria resolvida com o aumento da qualidade da formação docente, o ministro responde: “temos uma alocação de recursos para treinamento de professores da ordem de R\$ 1,8 bilhão por ano” (ÉPOCA, 2016).

Outro exemplo, pode ser verificado no material 9, em que a situação retórica mais imediata é uma entrevista na qual o ministro responde questões a respeito da reforma do ensino médio. Assim, vemos nesse exemplo que a redução da formação docente à implementação da reforma não é exclusiva do governo, mas a mídia reforça e difunde essa ideia:

Estadão: Outro desafio é a formação do professor. Quando falamos em itinerários formativos de determinadas áreas, pressupõe-se que o professor vai aprofundar o conteúdo nessas áreas para além do que é dado hoje. Mas hoje há muitos professores que não têm sequer formação na área em que ensinam. Qual deve ser a política de formação de professores para atender a essa questão?

Ministro: Acho que temos de integrar toda a estratégia de definição do novo ensino médio com algo que é essencial, a definição da base curricular, a formação e definição dos currículos pelos sistemas estaduais e a formação dos professores, envolvendo inclusive os Estados e municípios. Historicamente sempre houve uma parceria entre a União e as universidades federais na definição das políticas de formação de professores, excluindo a participação direta dos entes que mais contratam professores das redes, que são os Estados e municípios.

Estadão: Existe algum projeto concreto para aperfeiçoar essa formação?

Ministro: Temos projetos em andamento dentro das várias políticas de formação de professores, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1 bilhão e 800 milhões de reais, Pibid, Parfor, dentre outros, definindo foco e parcerias, integrando com a participação direta dos Estados. Queremos a cooperação dos Estados na definição dessas políticas públicas (ESTADÃO, 2017).

Como se nota, as colocações do ministro a respeito da formação docente são genéricas, sem demonstrar senso acurado, solidez ou conhecimento profundo da matéria, o que é facilmente observado no trecho do material 1 em que o ministro afirma que “há necessidade de reforçarmos as políticas públicas de formação de professores no Brasil” (MEC, 2016). Como se tratam de afirmações genéricas sobre a melhoria da qualidade da formação, suas falas enquadram-se em

qualquer ocasião, como vemos no material 4, em que a situação retórica específica é sua participação na cerimônia de encerramento da 46ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em que o presidente da república anunciou um plano para expansão de internet banda larga nas escolas:

O ministro da Educação, Mendonça Filho, avalia que as medidas revelam a preocupação do governo com a qualidade da educação oferecida às crianças e jovens de todo o país. “Para isso, há necessidade de investirmos fortemente na formação de professores, que são peças-chave da boa educação ao mesmo tempo em que investimos em inclusão e acesso à novas tecnologias, novas informações, por intermédio da internet. Neste aspecto, o acesso à banda larga nas escolas é algo muito relevante”, destaca (MEC, 2017a).

Uma das poucas indicações mais elaboradas a respeito da formação docente, aparece no material 3, que além da promessa de recursos financeiros, o ministro apresenta outros elementos relacionados à carreira docente:

ÉPOCA – O Pisa mostra que esse investimento, apesar de alto, não é efetivo. O que o governo fará para transformar essas cifras em qualidade de aprendizado para o aluno?

Mendonça Filho – Acho que temos de abraçar todas as medidas que mexerão com a carreira do professor. Não será uma única que mudará a qualidade de sua formação. Temos de aumentar a atratividade da carreira, isso passa por salário, para trazer os meninos mais talentosos para o magistério. Temos de assegurar também que o professor receba a devida formação de como deve ser a prática da sala de aula, inclusive com mecanismos que coloquem um estágio preparatório e uma espécie de professor residente junto a professores talentosos. Fortaleceremos os recursos também via Capes e programas já consagrados, como o Pafor [Plano nacional de formação de professores] e Pibid [bolsa para a formação de professores para a educação básica], entre outros. Essa agenda será atacada desde já, no início do próximo ano (ÉPOCA, 2016).

Embora nesse material possamos encontrar alguns indícios de possíveis direcionamentos das políticas docentes do atual governo, a fala do ministro não traz especificidades importantes para que possamos entendê-las adequadamente. Por exemplo, certamente o retor não encontrará resistência por parte da sua audiência ao argumento que “temos de aumentar a atratividade da carreira, isso passa por salário”, porém como será efetivada a melhoria salarial dos professores? O mesmo pode

ser dito da frase: “temos de assegurar também que o professor receba a devida formação” (ÉPOCA, 2016), premissa que com certeza será amplamente apoiada pela sua audiência.

Porém, mesmo com essa escassez de proposições claras, é possível inferir que o ministro desconhece ou pouco considera as discussões atuais a respeito da formação docente, em que os professores são considerados como pessoas portadoras e produtoras de saberes e como profissionais capazes de ocupar posição de protagonismo nas lutas em favor das mudanças realmente necessárias à educação. Isso é claramente notado no uso de termos como treinamento e qualificação (MEC, 2016; ÉPOCA, 2016; ESTADÃO, 2017), que são totalmente anacrônicos, pois fundamentam propostas ultrapassadas, que já provaram ser ineficientes, além de serem conservadoras e de favorecerem a reprodução de desigualdades.

Por outro lado, argumentos como: a necessidade de que “professor receba a devida formação de como deve ser a prática da sala de aula” (ÉPOCA, 2016) ou que a formação deve “ter mais espaço para a didática, ensinar os professores a ensinar, não só conteúdo que aprendem numa escola de formação de professores” (ESTADÃO, 2017) nos levam a temer por uma desvalorização do conhecimento teórico tão necessário para uma análise fundamentada da realidade educacional e para a busca de alternativas que de fato façam a diferença na vida dos estudantes.

3- CONSIDERAÇÕES

Levando-se em conta os materiais mais acessíveis internet, que transcrevem falas do ministro da educação sobre a formação docente, nota-se que esse não é um tema que o governo considere importante debater: há poucas referências ao assunto, sua menção em geral está na dependência da implementação da reforma do ensino médio e/ou da BNCC, as ideias são genéricas, e praticamente o único argumento utilizado para demonstrar o interesse do governo no assunto é a promessa de alocação de recursos financeiros.

Os elementos da retórica mais utilizado pelo ministro para convencer sua audiência são: o *pathos* e o *logos*, com preponderância de argumentos apelativos da necessidade de valorização do professor e de melhoria da sua formação, argumentos que certamente não encontram resistência em nenhum setor da sociedade, pois são reforçados com apresentação de promessas de alocação de

recursos financeiros. No entanto, não são especificados como o governo pretende alcançar esses objetivos

Somado ao uso de argumentos lógicos pouco fundamentados temos um discurso predominantemente demonstrativo, o que deixa claro que o ministro entende que sua audiência não precisa compreender as nuances das políticas de formação e nem participar de sua discussão, basta que confie que o governo do qual faz parte está tomando as providências para que a educação alcance a qualidade almejada. Claramente está implícito nessa postura uma determinada visão de cidadania esvaziada de seu componente político. Evidencia-se, nesse sentido, a denúncia de Habermas sobre o enfraquecimento da esfera pública que apresenta agora um caráter aclamativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. S. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2001.

APPLE, M. **Políticas culturais e educação**. Porto: Porto Editora, 1996.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. (orgs). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

AMARAL, D. P.; OLIVEIRA, R. J. Na contramão do ensino médio inovador: propostas do legislativo federal para inclusão de disciplinas obrigatórias na escola. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 31, n. 84, p. 209-230, maio-ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n84/a04v31n84.pdf>. Acessado em 10 de agosto de 2017.

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. S.L: Editora Tecnoprint, s.d.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - Out. 2005. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em 13 de agosto de 2017.

BBC. **Serviço manipula buscas no Google para ocultar informações negativas**. Publicado em 02 de junho de 2011. Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/06/110602_reputation_management_mv.shtml. Acessado em 12 de agosto de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Gabinete do ministro**. Apresentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/gabinete-do-ministro>. Acessado em 12 de agosto de 2017.

CHAPANI, D. T. **Políticas públicas e história de formação de professores de ciências: uma análise a partir da teoria social de Habermas**. Tese (doutorado). Programa de Pós graduação Educação para a Ciência. Faculdade de Ciências. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Bauru: UNESP, 2010.

_____. Reflexões a propósito de uma definição de políticas públicas. In: I ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA E IISEMINÁRIO INTERNACIONAL DE QUESTÕES DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **Ponências...** RELEPE: Guarulhos-SP, 2015. Disponível em: <http://www.relepe.org/images/encuentroprofesores/1034.pdf>. Acessado em 13 de agosto de 2017.

CHAPANI, Teresinha Chapani; CARVALHO, Lizete Maria Orquiza de. Entre o sistema e o mundo da vida: possibilidades de ação comunicativa na trajetória formativa de professores de ciências. *Práxis Educacional*, v. 6, n. 9, p. 187-208, 2010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/640>. Acessado em 12 de agosto de 2017.

FRAGOSO, S. Quem procura, acha? O impacto dos buscadores sobre o modelo distributivo da World Wide Web. *Epitc. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, vol. IX, n. 3, Sep. – Dec. /2007. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/viewFile/255/245>. Acessado em 12 de agosto de 2017.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública**: investigações quanto a uma categoria de sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalidade social. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

_____. **Teoria do agir comunicativo**: Teoria do agir comunicativo: crítica à razão funcionalista. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.

HALLIDAY, T.L. (org.) **Atos retóricos**: mensagens estratégicas de políticos e igrejas. São Paulo: Summus, 1998.

LEACH, J. Análise retórica. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático 2ª ed. Petrópolis, RJ: 2003. (293-318).

MAIA, R. C. M. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação. In: Gomes, W; Maia, R. C. M (eds.). **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008. (p. 277-292).

NASCIMENTO, T.G., MARTINS, I. O texto de genética no livro didático de Ciências: uma análise retórica crítica. **Investigações em Ensino de Ciências**, vol.10, n.2, agosto de 2005.

Disponível em <http://www.if.ufrgs.br/public/ensino/vol10/n2/v10_n2_a6.html>. Acessado em 04 de agosto de 2017.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SILVA, F. C. **Espaço público em Habermas**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

SOUZA, Ana Lúcia Santos; CHAPANI, Teresinha Chapani. Necessidades formativas dos professores que ensinam ciências nos anos iniciais. **Práxis Educacional**, v. 11, n. 19, p. 119-136, 2015. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/823>.

Material analisado

ALFABETIZAÇÃO, formação do professor e ensino médio são prioridades do MEC, afirma ministro. **Ministério da Educação**, Brasília, 18 de nov. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/41811-alfabetizacao-formacao-do-professor-e-ensino-medio-sao-prioridades-do-mec-afirma-ministro>. Acessado em 09 de julho de 2017.

MENDONÇA FILHO: “pisa mostra o fracasso retumbante da nossa educação”. **Época**, Rio de Janeiro, 06 de dez. 2016. Disponível em: <http://epoca.globo.com/educacao/noticia/2016/12/mendonca-filho-pisa-mostra-o-fracasso-retumbante-da-nossa-educacao.html>. Acessado em 09 de julho de 2017.

MINISTRO Mendonça Filho libera r\$ 15,6 milhões para bolsas, auxílios e fomento a ações de graduação e pesquisa em Pernambuco. **Blog Jardim do Agreste**, Pernambuco, 14 de jul. 2017. Disponível em: <http://jardimdoagreste.com.br/2017/07/14/ministro-mendonca-filho-libera-r-156-milhoes-para-bolsas-auxilios-e-fomento-aco-es-de-graduacao-e-pesquisa-em-pernambuco/>. Acessado em 22 de julho de 2017.

MINISTRO Mendonça Filho quer 'liberdade' para estados definirem a reforma que farão. **Estadão**, São Paulo, 04 de jul. 2017. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-mendonca-filho-diz-que-quer-liberdade-para-estados-definirem-a-reforma-que-farao,70001824472>. Acessado em 22 de julho de 2017.

MINISTRO da educação fala sobre avanços em políticas setoriais. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 04 de mai. 2017. Disponível em: <http://www.jb.com.br/informacao/noticias/2017/05/04/ministro-da-educacao-fala-sobre-avancos-em-politicas-setoriais/>. Acessado em 22 de julho de 2017.

MINISTÉRIO garante apoio a professores na implantação da base comum curricular. **Ministério da Educação**, Brasília, 06 de abr. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=47111>. Acessado em 09 de julho de 2017b.

O BRASIL precisa de uma boa formação de professores, diz Mendonça Filho. **Blog de Jamildo**, Rio de Janeiro, 20 de nov. 2016. Disponível em: <http://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2016/11/20/o-brasil-precisa-de-uma-boia-formacao-de-professores-diz-mendonca-filho/>. Acessado em 09 de julho de 2017.

PARCERIA com terceiro setor incentiva inovação na educação. **Portal Brasil**, Brasília, 31 mai. 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2017/05/parceria-com-terceiro-setor-incentiva-inovacao-na-educacao>. Acessado em 22 de julho de 2017.

PRESIDENTE Temer anuncia medidas em inclusão digital, formação docente e educação infantil. **Ministério da Educação**, Brasília, 07 de mar. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=45881>. Acessado em 22 de julho de 2017a.

PROFESSOR parintinense é homenageado pelo MEC em lançamento de prêmio nacional. **A Crítica**. Manaus, 08 de mai. 2017. Disponível em: <http://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/professor-parintinense-e-homenageado-pelo-mec-em-lancamento-de-premio-nacional>. Acessado em 22 de julho de 2017.

SOUZA, Ana Lúcia Santos; CHAPANI, Teresinha Chapani. Necessidades formativas dos professores que ensinam ciências nos anos iniciais. *Práxis Educacional*, v. 11, n. 19, p. 119-136, 2015. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/823>. Acessado em 09 de julho de 2017.